

O PROTAGONISMO DA MULHER NO SÉCULO XXI: REFLEXÕES DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ILHÉUS-BA

Janille da Costa Pinto¹
Luciane Cunha da Costa²
Mariângela de Sant Anna Bahia³

Resumo: Este artigo apresenta reflexões sobre o Seminário de Diversidade e Direitos Humanos: O Protagonismo da Mulher no Século XXI na Rede Municipal de Ensino em Ilhéus-Ba realizado em 2019. Busca conhecer quais foram os focos das análises e discussões proporcionadas durante esses momentos no que tange ao protagonismo da mulher. Tem como objetivos verificar como foi estruturada as ações do presente Seminário, investigar quais foram os recursos pedagógicos utilizados, bem como se as reflexões realizadas estavam adequadas ao tema proposto, e por fim, verificar as possíveis contribuições que o mesmo promoveu no âmbito educacional. Para atingirmos nossos objetivos optamos por uma pesquisa qualitativa e descritiva, de cunho bibliográfico e documental, interpretados “a luz” da técnica de análise de conteúdo de Minayo (2000). Tem como principais interlocutores Foucault (2008), Deere e Léon (2002) e Munanga (1988, 2004) que abordam sobre o tema. Consideramos em nossos estudos que o Seminário ampliou debates sobre as questões que singularizam os direitos humanos com enfoque nas mulheres. Aponta que é um grande desafio a busca da equidade de gênero em uma sociedade tão desigual e preconceituosa, logo esses momentos de reflexão precisam continuar para pôr em prática ações de fortalecimento do protagonismo da mulher.

Palavras chave: Mulher. Direitos. Protagonismo.

INTRODUÇÃO

O artigo discute sobre as ações realizadas durante o Seminário de Diversidade e Direitos Humanos: O Protagonismo da Mulher no Século XXI na Rede Municipal de Ensino em Ilhéus-Ba. Evento promovido pela Secretaria Municipal de Educação de Ilhéus, Esporte e Lazer (SEDUC) nos dias 19, 20 e 21 de novembro de 2019, realizado nos espaços: Tenda Popular de Ilhéus, Auditório da APPI, Câmara Legislativa de Ilhéus, Universidade Norte do Paraná (UNOPAR) e no Colégio Estadual Eduardo Catalão. Teve como público alvo professores (as) e supervisores (as) e orientadores (as) que atuam na Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental Anos Iniciais e Finais) e na Educação de Jovens e Adultos (EJA).

¹ Núcleo Territorial de Educação Litoral Sul (NTE 05) - Brasil; Grupo de Estudos e Pesquisas Movimentos sociais, Diversidade e Educação do Campo - GEPEDDEC do CEPECH/DCIE/UESC; Ilhéus, Bahia, Brasil, e-mail: janillecp@gmail.com.

² Secretaria Municipal de Educação de Ilhéus (SEDUC). Ilhéus, Bahia, Brasil, e-mail: luciane.kalil@hotmail.com.

³ Núcleo Territorial de Educação Litoral Sul (NTE 05) - Brasil; Ilhéus, Bahia, Brasil, e-mail: mariangela_bahia@hotmail.com.



O Seminário refletiu sobre as lutas e conquistas das mulheres no século XXI, visando legitimar a condição feminina e transpor a visão estereotipada da mulher. Além de destacar e referenciar o papel e ações das mulheres do campo, negras, indígenas e ciganas da região, que conquistaram espaços e direitos na sociedade por meio de muita luta.

Assim, foram proporcionados momentos de apresentação cultural, rodas de conversas e minicursos que abordaram sobre: os saberes e papéis das mulheres (do campo, indígenas, negras e ciganas) nas suas comunidades; o feminismo negro; os corpos diaspóricos femininos; corpos dissidentes e visibilizados; a etnomatemática; a violência doméstica e feminicídio; a saúde da população negra e os direitos humanos e as questões que tratam sobre os LGBTQI+⁴.

Para tanto, o presente artigo busca conhecer quais foram os focos das análises e discussões proporcionadas durante esses momentos de diálogos e compartilhamento de experiências promovidas durante o Seminário, principalmente no que tange o protagonismo da mulher nesse recorte temporal.

Nesse contexto, optamos em refletir sobre as ações promovidas durante os três dias de Seminário. Investigar quais foram os recursos pedagógicos utilizados nesses momentos, bem como o foco que foi atribuído as mulheres nas reflexões realizadas tanto nas rodas de conversas quanto nos minicursos. E por fim, verificar se esses momentos de diálogos tiveram o potencial para contribuir no âmbito educacional na presente rede, principalmente no que tange a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena nos currículos nacionais (BRASIL, 2008).

Para atingirmos os objetivos já apresentados anteriormente, optamos por uma pesquisa qualitativa-descritiva, visto que na abordagem qualitativa se preocupa com os aspectos da realidade que não podem ser quantificados (MINAYO, 2000). E na pesquisa descritiva se tem o “objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis[...]” (GIL, 2008, p. 28). Assim, foi utilizado como fontes de coleta de dados a pesquisa bibliográfica, pois ela é “desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (GIL, 2008, p. 50). E a pesquisa documental que “vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa” (GIL, 2008, p. 51).

⁴ Trata da nomenclatura referente a Lésbica, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis e Transgêneros, Queer, Intersexuais, Assexualidade e Pansexualidade.



Tendo em vista a natureza da pesquisa, os dados foram analisados e interpretados mediante a técnica de análise de conteúdo a partir do referencial teórico de Minayo (2000), que envolve: pré-análise, isto é a realização da leitura flutuante; exploração do material ou codificação, pois o investigador busca encontrar categorias pelas quais o conteúdo de uma fala será organizado; e o tratamento dos resultados obtidos, momento este, que se realiza a interpretação e inferência, onde contou como principais interlocutores Foucault (2008) no que tange a relação de poder, Teles e Melo (2003) e Deere e Léon (2002) que focalizam a mulher em suas relações sociais e Munanga (1988, 2004) que aborda temáticas referentes a valorização e luta dos povos negros.

Mediante essa estrutura metodológica e conscientes da trajetória de luta que as mulheres travaram ao longo da história pelo seu reconhecimento social, visando romper com múltiplas formas de repressão social de inferioridade, preconceitos, dificuldades, e, sobretudo subalternização, o Seminário de Diversidade e Direitos Humanos: O Protagonismo da Mulher no Século XXI, realizado na Rede Municipal de Ensino em Ilhéus-Ba, nos dias 19, 20 e 21 de novembro de 2019 pela SEDUC, proporcionou a realização de 03(três) Rodas de conversas e 08 (oito) minicursos que se realizaram nos turnos, matutino (8h as 11:30min), vespertino (13:30min a 17:30min) e noturno (19h as 21h).

Vale destacar que o tema abordado no presente Seminário é de extrema importância para reforçar o lugar da mulher no processo de formação cultural da sociedade, mostrar os diferentes olhares de rejeição/integração de seu papel, que infelizmente no processo de educação ainda são invisibilizados nos currículos escolares e teorias educacionais.

Assim, se torna de grande valia referendar a luta e resistência (em todos os tempos) que as mulheres travam na busca de ser vistas e ouvidas, exterminando a questão cultural e histórica de sua natureza frágil e estendendo seus espaços de atuações para além do contexto doméstico.

Dado ao exposto, o presente artigo se constitui como uma fonte histórica, em que memoriza e registra as ações do Seminário de Diversidade e Direitos Humanos: O Protagonismo da Mulher no Século XXI realizado em 2019 pela SEDUC. E ao mesmo tempo destaca a importância que a mulher possui na/para a sociedade em todas as suas esferas, pois ao longo da história da humanidade a mesma enfrentou não somente o preconceito por gênero, mas também pelas questões raciais.



REFLEXÕES SOBRE O SEMINÁRIO DE DIVERSIDADE E DIREITOS HUMANO 2019 EM ILHÉUS-BA

O evento intitulado: SEMINÁRIO DE DIVERSIDADE E DIREITOS HUMANOS: O PROTAGONISMO DA MULHER NO SÉCULO XXI NA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ILHÉUS-BA, teve como público alvo os (as) professores (as), supervisores (as) e orientadores (as) da Educação Infantil, Ensino Fundamental Anos Iniciais e Finais, bem como os profissionais da Educação de Jovens e Adultos (EJA) que lecionam na Rede Municipal de Ensino de Ilhéus.

Percebemos que as ações realizadas durante o Seminário foi organizadas para fazer parte da carga horária de formação continuada (dentro da carga horária de trabalho) dos (as) professores (as). Assim, o evento teve mais de 600 participantes durante os 03(três). Momentos estes que possibilitaram compartilhamento de experiências nos Minicursos e Rodas de Conversas, além de reflexão sobre o cotidiano e práticas pedagógicas desses profissionais, visibilizando a posição protagonista da mulher ao longo da história e suas influências na sociedade tais como nas esferas sociais, política, econômicas e culturais.

Verificamos que o presente Seminário iniciou suas ações na Tenda Popular de Ilhéus, na manhã de 19 de novembro de 2019, com a apresentação cultural dos alunos que estudam na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) e posteriormente, começou a primeira roda de conversa denominada: Saberes das Mulheres do Campo, que contou com a presença de três palestrantes: Maria Pankararu, que foi a primeira mulher indígena do Brasil a ter doutorado, pertencente ao povo Pankararu, do Estado de Pernambuco-Brasil. Cabe destacar que a mesma é graduada em História e em Pedagogia, mestre e doutora em Letras e Linguística, foi professora da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) em Ilhéus-Ba e desenvolve atividades relacionadas às políticas públicas para educação escolar para os povos indígenas.

A mesma trouxe reflexões sobre a presença das mulheres indígenas que lutam ao lado das lideranças masculinas na busca de conquistar seus direitos nos territórios e nas políticas públicas, pois em “vários tipos de registros históricos impõem o seu caráter patriarcal nos contextos das lutas indígenas, ocultando a presença feminina na construção pluriétnica brasileira” (LEAL, SCHILLACI, 2019? p.7). Assim, precisamos “homenageá-las e dar visibilidade as suas trajetórias de luta, muitas vezes silenciadas, ou pouco referenciadas nas narrativas e registros sobre as lutas indígenas no Nordeste brasileiro” (*Ibidem*).

Constatamos que nessa mesa Redonda contou com a participação também da assentada, Solange Brito, que é graduada em História, mora no assentamento Terra Vista há 23 anos e faz parte do setor de Educação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e seus Assentamentos, além de ser articuladora da Teia dos Povos⁵. Suas falas possibilitaram ao público presente, uma reflexão sobre a realidade da educação do campo que possui uma identidade

definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país (BRASIL, 2002).

Além de destacar a presença da mulher nesse espaço do campo, que ainda travam lutas diárias na busca do seu empoderamento e reconhecimento de seu direito à terra, visto que ao longo da história ocorreu a exclusão da mulher dos direitos de propriedade como aponta Deere e León (2002):

Demonstramos que a desigualdade de gênero na posse da terra é devida à preferência masculina na herança e no casamento, a preconceitos masculinos em programas estatais de distribuição de terras, onde a mulher tem menos probabilidade de ser compradora do que o homem [...] os direitos à terra preferencialmente atribuídos a homens chefes de família. (DEERE; LÉON, 2002, p. 29)

Teve também como convidada, a indígena Laís Eduarda S. Almeida, que pertence ao povo Tupinambá, faz parte do projeto Pelas Mulheres Indígenas, graduanda no Bacharelado Interdisciplinar de Humanidades na Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB). A mesma destacou em suas reflexões a necessidade de repassar para as crianças a importância da valorização da cultura indígena, visando o fortalecimento da identidade do povo. Necessidade essa já apontada na lei nº 11.645 (2008), que no seu artigo 26A destaca:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

⁵ É uma aliança entre comunidades indígenas, quilombolas, sem-terra, pequenos agricultores e instituições que lutam para uma sociedade justa.



§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras (BRASIL, 2008).

Percebemos que essa primeira roda de conversa trouxe reflexões acerca do papel e condições da mulher do campo e indígenas, que protagonizaram e protagonizam conquistas e mobilizações em suas comunidades, que infelizmente lhes negam direitos por ser mulheres, prejudicando assim o desenvolvimento e organização de comunidades e movimentos sociais que são liderados por mulheres.

Identificamos que no período vespertino, foi realizado três Minicursos, no espaço da UNOPAR. O primeiro denominado “Feminismo Indígena”, foi mediado pelas indígenas: Laís Eduarda S. Almeida e Maria Pankararu abordando a história, os saberes e as lutas das mulheres indígenas e seu reconhecimento. O segundo minicurso nomeado “Feminismo x Mulheres Assentadas”, mediado por Solange Brito, dialogou sobre a visibilidade e luta das mulheres assentadas. E o terceiro minicurso intitulado “Escritoras Negras”, mediado por Mestre Janete Lainha Coelho, mulher negra, cordelista, artista ilheense, psicopedagoga, atriz, produtora e empresária, que trouxe reflexões sobre a mulher negra através de um diálogo interccional.

Nesse contexto, verificamos que o primeiro dia dos minicursos, promoveram uma reflexão ampla sobre a Mulher negra, indígena e do campo que ao longo da história foram excluídas da memória histórica e social por discurso ideológico machistas, que as mantiveram no lugar do esquecimento, do não saber, pois como destaca Gonzales “a gente considera como o não-saber que conhece, esse lugar de inscrições que restituem uma história que não foi escrita, o lugar da emergência da verdade, dessa verdade que se estrutura como ficção. Consciência exclui o que memória inclui” (GONZALES,1984, p.226).

Já no segundo dia (20 de novembro de 2019), o Seminário foi realizado no auditório do sindicato APPI-APLB - Costa do Cacau, onde ocorreu a apresentação cultural do grupo de capoeira da liberdade e posteriormente foi realizada a segunda Roda de Conversa “Corpos Diaspóricos Femininos”, que contou com 03 (três) palestrantes. A Profª. Dra. Luzineide M.

Borges (mulher negra, pedagoga, doutora em Educação, mestre em Educação e Contemporaneidade, especialista em Metodologia do Ensino Superior. Atualmente é Professora Assistente da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) e pesquisa sobre as Redes Educativas, Religiosidade Afrobrasileira, Africanidades, Racismos e Ciberativismos) que destacou a necessidade de política de ações afirmativas para os (as) afrodescendentes no Brasil e o respeito por sua cultura. Cabe destacar que ações afirmativas são:

um conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário, concebidas com vistas ao combate à discriminação racial, de gênero e de origem nacional, bem como para corrigir os efeitos presentes da discriminação praticada no passado, tendo por objetivo a concretização do ideal de efetiva igualdade de acesso a bens fundamentais como a educação e o emprego. (GOMES, 2001, p. 39).

A palestrante Kaliana O. Hora (mulher negra, graduada em História, especialista em História do Brasil, mestra em História Regional e Local. Foi professora e pesquisadora na Escola Agrícola Comunitária Margarida Alves- Ilhéus-Ba e atualmente leciona no Instituto Municipal de Educação Governador Paulo Ganen Souto em Itacaré- Taboquinhas- BA) enfatizou a necessidade de engajamento e presença das mulheres nos movimentos de mulheres, isto é, “ações organizadas de grupos que reivindicam direitos ou melhores condições de vida e trabalho” (TELES, 2003, p.12).

Por fim a palestrante Letícia S. Lázaro (mulher negra, feminista, graduada em Ciências Sociais, fundadora e integrante do coletivo estudantil “Só Podia ser Preto”, integrante do “Coletivo Feminista Rachas”, fundadora e produtora do bloco “Vacas de Divinas Tretas” e pesquisadora das abordagens da lei 10.639/03 no livro didático de Sociologia), traz sua experiência de vida e luta nas organizações de movimentos feministas, que são “ações de mulheres dispostas a combater a discriminação e a subalternidade das mulheres e que buscam criar meios para que as próprias mulheres sejam protagonistas de sua vida e de sua história” (TELES, 2003, p.12).

Constatamos que essa roda de conversa possibilitou o diálogo sobre a subordinação da mulher, em especial a negra, que sofre diversas formas de opressão social, por grupos que manipulam as relações de poder. Vale ressaltar que esse poder “não se dá, não se troca nem se retoma, mas se exerce, só existe em ação, como também da afirmação que o poder não é



principalmente manutenção e reprodução das relações econômicas, mas acima de tudo relação de força” (FOUCAULT, 2008, p.99).

No período vespertino, realizado na UNOPAR, foi proporcionado mais três minicursos: “Feminismo Negro”, conduzido por Flavia Alessandra de Souza, mulher negra, possui graduação e mestrado em Ciências Sociais, doutora em Sociologia. É professora adjunta e coordena o Curso de Pós-graduação lato sensu em Sociologia na UESC. Tem experiência interdisciplinar em: Relações Raciais, Movimento Negro e Poder Local no Interior Paulista, América Afro-Latina, Expressões da Diáspora Africana. Abordou sobre várias personalidades negras intelectuais que contribuem para uma educação decolonial, isto é, visibilize “as lutas contra a colonialidade a partir das pessoas, das suas práticas sociais, epistêmicas e políticas. A decolonialidade representa uma estratégia que vai além da transformação da descolonização, ou seja, supõe também construção e criação” (CANDAU, OLIVEIRA, 2010, p.24).

O segundo minicurso, nomeado “Etnomatemática”, mediado por José Lucas Matias de Eça, graduado em Licenciatura em Matemática, mestrando em Educação Matemática, Especialista em Metodologia do Ensino de Matemática e Física. Atua como técnico pedagógica na Secretaria de Educação do Município de Taperoá-BA, e, como professor dos componentes curriculares "Introdução ao Cálculo Diferencial", "Cálculo Integral Aplicado a Engenharia" na Faculdade Zacarias de Góes – (FAZAG). Discuti sobre como a Matemática é pensada e estruturada no olhar das nações orientais e o que isso contribui para o desenvolvimento cognitivo do estudante, desconstruindo a visão da educação eurocentrica que nos foram impostas pela cultura europeia, por meio dos mecanismos de relações de poder e submissão, que possuem o objetivo de construir conformidade com o real nos grupos dominados através do decurso de alienação como bem aborda Foucault (2008).

E por fim, o terceiro minicurso titulado de “Violência Doméstica e Femicídio”, conduzido por Liane Cruz pedagoga, advogada, pós Graduada em Direito Público e Privado, Presidente do Conselho da Jovem Advocacia Subseção Ilhéus, membro da Comissão da Mulher OAB Subseção Ilhéus permitiu uma reflexão e retirada de dúvidas em relação as legislações atuais que visam prevenir, punir e erradicar a Violência contra a Mulher, como por exemplo a lei nº11.340 (2006), conhecida como Lei Maria da Penha que destaca no seu Art. 8º as diretrizes para as políticas públicas que visam coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, como por exemplo a implementação de atendimento policial especializado para as mulheres,

promoção e realização de campanhas educativas, bem como a implementação de programas de erradicação da violência doméstica e familiar contra a mulher, além da:

- [...] VIII - a promoção de programas educacionais que disseminem valores éticos de irrestrito respeito à dignidade da pessoa humana com a perspectiva de gênero e de raça ou etnia;
- IX - o destaque, nos currículos escolares de todos os níveis de ensino, para os conteúdos relativos aos direitos humanos, à equidade de gênero e de raça ou etnia e ao problema da violência doméstica e familiar contra a mulher (BRASIL, 2006, Art.8).

Cabe destacar que esse minicurso foi realizado nos turnos vespertino (na UNOPAR) para os (as) profissionais da educação e noturno (no Colégio Estadual Eduardo Catalão) para os alunos das turmas da EJA.

Mediante os dados analisados percebemos que durante esse dia o Seminário destacou a importância do trabalho feminino nas diversas culturas, sendo necessário a realização de ações no sentido de proteger seus direitos, pois segundo Teles e Melo (2003, p. 11) “a violência contra a mulher é um fenômeno antigo, que foi silenciado ao longo da história e passou a ser desvendado há menos de 20 anos”.

Vale ressaltar que o seminário analisado teve a intenção de referenciar também o dia da Consciência Negra (20 de novembro) e a importância do negro na sociedade. Data esta criada em homenagem ao líder Zumbi (do Quilombo dos Palmares- Recife-Brasil) pois, o mesmo foi morto (em uma emboscada), com sua cabeça cortada e exposta em praça pública, no dia 20 de novembro de 1695, para que outros escravos tivessem receio de lutar por liberdade e continuassem a ser submissos ao sistema escravocrata que se instituiu no Brasil por muito tempo.

Verificamos que o terceiro e último dia de Seminário (21 de novembro de 2019), foi realizado na Câmara Municipal de Ilhéus. Teve como abertura a apresentação cultural do grupo teatral dos alunos do Centro de Referência à Inclusão Escolar (CRIE) e após se iniciou a Roda de Conversa “Corpos Dissidentes e Invisibilizados”, que tratou sobre os corpos que são desvalorizados e ocultados pela sociedade e seus principais desafios.

Para essa roda de conversa foi convidada a palestrante Maria Eva Soledade, mulher Trans, massoterapeuta e graduanda em Biologia, que trouxe reflexões sobre o corpo, sexo, gênero e sexualidade como questões singulares, para combater os “estereótipos que reforçam a

ideia de que o sexo masculino tem o poder de controlar os desejos, as opiniões e a liberdade de ir e vir das mulheres” (TELES, MELO, 2003, p. 18).

Essa Roda de Conversa contou com a participação também de Alba Magnólia A. Ribeiro, mulher cadeirante, administradora. Atualmente é conselheira no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), que trouxe considerações sobre a autonomia da mulher. Fator esse que segundo Deere e León (2002) contribui para o seu empoderamento e promove o seu bem-estar da mulher.

A psicóloga Marianne Gois, mestre em Ensino e Relações Étnico-Raciais também participou desse momento e ressaltou a necessidade das mulheres negras terem seu lugar de fala na sociedade e no ambiente escolar, visto que muitas vivenciam práticas de discriminação étnico racial, onde a cidadania negra acaba sendo sufocada (MUNANGA, 1988).

Por fim, esse momento de diálogo foi encerrado com as considerações do palestrante Rafael S. Guimarães, graduado em Psicologia, doutorado em Sociologia, professor da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), pesquisador sobre o Ensino e Relações Étnico Raciais, coordenador do grupo de pesquisa GRIETA/CNPq e se dedica às perspectivas pós, de/s/coloniais e transfronteiriças para os estudos das diferenças e das afirmatividades na educação, nas artes, nos ativismos e na mídia, com especial atenção para os estudos de gênero, sexualidades, veganismos, animalismos e perspectivas autonomistas de vida coletiva. O mesmo destacou em suas falas a necessidade de lutar contra a falsa ideia de superioridade do branco sobre o negro que foi “colocado à margem da história, da qual, nunca é sujeito e sempre objeto” (MUNANGA, 1988, p. 13).

Entendemos que nessa roda de conversa, se firmou a necessidade da mulher ter seu lugar de fala na sociedade. Refletiu sobre os desafios dos corpos frente ao mundo preconceituoso, misógino, homofóbico, sexista e racista, pois “os corpos são significados pela cultura e, continuamente, por ela alterados” (LOURO, 2000, p. 8).

No período vespertino, foram realizados os últimos minicursos proporcionados pelo Seminário. O primeiro foi denominado “O Papel da Mulher Cigana em sua Comunidade”, mediado por Cinthia de S. Amorim, pedagoga, especialista em educação integral e em diversidade cultural e relações étnico sociais na educação, que trouxe suas vivências enquanto pesquisadora sobre o imaginário social em relação a etnia cigana, em especial as mulheres. Destacou também a necessidade do respeito cultural, que está em consonância com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que diz em seu Artigo 2:

Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição (NAÇÕES UNIDAS, 2018).

O segundo intitulado “Saúde da População Negra”, conduzido por Miriam S. Lima, negra, graduada em Serviço Social, pós-graduada em Gestão de Políticas Públicas, mestranda em Ensino e Relações Étnico-Raciais. Assistente social no Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Básica na Secretaria de Saúde do município de Ilhéus/BA. Educadora Popular em Saúde credenciada na Escola de Conselhos da Bahia vinculada à Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social com experiência na área de Serviço Social, Saúde atuando principalmente no que que tange os temas: saúde da família, saúde da população negra, mulher, criança e adolescente. Trouxe reflexões sobre o direito que a população negra possui aos serviços de saúde. Assim, verificamos que suas falas estão amparadas nas orientações que o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) (2010) apresenta no Eixo Orientador III: Universalizar Direitos em um Contexto de Desigualdades, na Diretriz 7: Garantia dos Direitos Humanos de forma universal, indivisível e interdependente, assegurando a cidadania plena, que possui como objetivo estratégico IV a ampliação do acesso universal a sistema de saúde de qualidade e tem como ações programáticas:

- a) Expandir e consolidar programas de serviços básicos de saúde e de atendimento domiciliar para a população de baixa renda, com enfoque na prevenção e diagnóstico prévio de doenças e deficiências, com apoio diferenciado às pessoas idosas, indígenas, negros e comunidades quilombolas, pessoas com deficiência, pessoas em situação de rua, lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, crianças e adolescentes, mulheres, pescadores artesanais e população de baixa renda (BRASIL, 2010, p.60).

Já o terceiro minicurso intitulado: Direitos Humanos e as Questões LGBTQI+, foi realizado em duas turmas devido ao grande número de inscritos. Assim, nessa tarde proporcionou 04 (quatro) minicursos. A primeira turma foi mediada por Eloí Lucas S. Mota, advogado, bacharel em Direito, mestrando em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação, membro da Comissão de Direitos Humanos da OAB Subseção de Ilhéus. Que trouxe reflexão sobre os direitos constituídos legalmente para as mulheres decorrentes de várias lutas, quebras de tabus e de estratégias masculinas, com o fito de impedir sua livre circulação nos espaços públicos e no mercado de trabalho.



Desse maneira, verificamos que essas reflexões são necessárias no contexto atual para conseguirmos pôr em prática as ações programáticas contidas no PNDH-3(2010), em seu Eixo Orientador III, diretriz 9, que trata do combate às desigualdades estruturais, objetivo estratégico III, da garantia dos direitos das mulheres para o estabelecimento das condições necessárias para sua plena cidadania: “a) Desenvolver ações afirmativas que permitam incluir plenamente as mulheres no processo de desenvolvimento do País, por meio da promoção da sua autonomia econômica e de iniciativas produtivas que garantam sua independência”(BRASIL, 2010,p.90).

Já a segunda turma dessa mesma temática foi mediada por Geovane Prazeres, advogado, atua nas áreas cível, penal e familiar, que apontou diversas ações que visam o combate à discriminação, e a possibilidade de ações afirmativas para se efetivar as políticas de reconhecimento e proteção dos indivíduos como iguais em suas diferenças. Momento este que reforça a necessidade de criação de movimentos e grupos sociais na busca de inclusão social para “crianças, adolescentes, mulheres, pessoas idosas, lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, pessoas com deficiência, povos indígenas, populações negras e quilombolas, ciganos, ribeirinhos, varzanteiros, pescadores, entre outros” (BRASIL, 2010, p.53).

Mediante essas informações, depreendemos que o último dia de atividades do Seminário de Diversidade e Direitos Humanos: O Protagonismo da Mulher no Século XXI, permitiu dialogar sobre o papel da mulher na sociedade, onde as mulheres do campo, negras, ciganas, indígenas, trans e deficientes são invisibilizadas. Destaca a necessidade de vislumbramos o que as legislações que tratam da preservação dos Direitos Humanos abordam, para assim, buscar sua efetivação e diminuir as políticas compensatórias.

Logo, o Seminário despertou nos participantes a busca pela valorização da diversidade presente na população brasileira, só assim, conscientes de suas singularidades podemos estabelecer acesso igualitário e a equidade aos direitos fundamentais. Por isso, os momentos durante os 03 (três) dias partiram do lugar de fala da mulher, onde cada participante e convidados (as) puderam interagir a partir de suas experiências, corroborando assim para um olhar mais diversificado, refletindo sobre políticas públicas que defendem os Direitos Humanos, em especial os das mulheres.

Portanto, constatamos que o Seminário valorizou as mulheres protagonistas de Ilhéus e Região, no momento em que as convidaram, para discutir e pensar sobre o lugar de pertencimento. Nesse movimento, possibilita que as mesmas estejam mais próximas dos profissionais da educação da Rede, para manterem contatos e realizarem parcerias em projetos

e ações das unidades escolares, sempre destacando a necessidade de lutar contra a discriminação e desigualdade racial e de gênero, inclusão das mulheres negras, ciganas e indígenas na sociedade, bem como a efetivação dos Direitos Humanos.

BREVES CONSIDERAÇÕES

Finalizamos esta análise entendendo que as discussões proporcionadas pelo Seminário de Diversidade e Direitos Humanos: O Protagonismo da Mulher no Século XXI na Rede Municipal de Ensino em Ilhéus-Ba, permitiu diálogos compartilhamento de experiências e reflexões críticas sobre a necessidade de valorização das mulheres, ponto esse que precisa ser discutido na formação continuada dos (as) profissionais da educação da presente rede.

Assim, as ações promovidas durante os (03) três dias de Seminário conseguiram evidenciar o protagonismo da mulher e a necessidade de reconhecimento e efetivação de políticas públicas que garantam a realização das ações contidas nos programas nacionais e internacionais de proteção aos Direitos Humanos, principalmente os que tratam das mulheres.

Verificamos que o Seminário teve como ponto negativo o fatiamento das ações em vários espaços, pois a Roda de Conversa em cada dia ocorreu em local diferente e apesar dos minicursos terem sido ofertados no espaço da UNOPAR no turno vespertino, o mesmo é distante dos locais das Rodas de Conversas ocorridas pelo turno da manhã. Fato esse que dificultou o deslocamento dos participantes, ocasionando atrasos. Outro ponto que avaliamos como negativo, foi a estrutura dos espaços (dos minicursos), pois não comportaram com qualidade a quantidade de público, visto que as salas eram muito pequenas.

Nesse contexto, percebemos que o Seminário utilizou da metodologia de Roda de Conversas que segundo Mélo et al. (2007), priorizam discussões em torno de uma temática, num processo dialógico, em que as pessoas apresentam se posicionam e escutam o posicionamento do outro, falam de suas histórias as quais possibilitam a significação dos acontecimentos.

Além da realização de Minicursos, que são eventos de curta duração com objetivo de apresentar uma visão geral de seu tema e proporciona ao participante um momento de refletir sobre o tema e sua aplicação prática. Nesses minicursos os palestrantes utilizaram basicamente data show, computador (onde projetaram slides e vídeos de curta duração), explicação oral sobre

o tema, exposição de experiências, compartilhamento de práticas educativas e momentos de diálogos e discussões.

Verificamos que o foco atribuído as mulheres nas reflexões realizadas tanto nas Rodas de Conversas quanto nos Minicursos promoveram o resgate dos direitos das mulheres na sociedade, as lutas feministas ao longo da história contra o discurso hegemônico. Assim, mostra aos participantes a necessidade da quebra do silêncio, do planejamento de ações educativas para a valorização e equidade de gênero.

Nesse sentido, verificamos que os momentos de diálogos proporcionados pelo Seminário contribuíram no âmbito educacional na presente rede, no que tange ao reconhecimento dos direitos das mulheres que resistiram e ainda resistem ao patriarcado e ao machismo, para conquistar políticas públicas que possibilitem a sua inclusão com autonomia na sociedade.

Conscientes disso, percebemos que o Seminário se constituiu como uma forma de resistência e busca de reconhecimento do papel da mulher enquanto ser histórico para além das datas comemorativas. Isto é, deve-se ver a mulher dentro de suas raízes, enquanto produtora de conhecimento, reconhecendo as causas dos movimentos de suas resistências e conquistas. Nesse caso, vale destacar que o Seminário abriu espaços para mulheres locais demonstrarem sua força, determinação e articulação política e social em Ilhéus.

Desse modo, a pesquisa contribuirá para memorizar o Seminário de Diversidade e Direitos Humanos: O Protagonismo da Mulher no Século XXI na Rede Municipal de Ensino em Ilhéus-Ba ocorrido em 2019, bem como estimular os profissionais da educação na busca de visibilizar sem suas práticas pedagógicas o papel da mulher. Além de mostrar para a comunidade em geral a necessidade de luta contra a subalternização, marginalização e negação dos direitos das mulheres na sociedade. E destacar a necessidade de existir continuidade dessa ação, pois infelizmente em 2020 não foi realizado devido as restrições proveniente da COVID-19.

Por fim, percebemos que o presente Seminário proporcionou ricos momentos de vivências entre as mulheres palestrantes da Roda de Conversas e mediadoras dos minicursos com os profissionais da educação, pois, participaram ativamente das atividades propostas, esporam suas opiniões, dúvidas, construíram e desconstruíram conhecimentos, e possivelmente reconheceram que “a educação é uma forma de intervenção no mundo” como destaca Freire (1997, p. 45).

Portanto, é perceptível que essa pesquisa foi benéfica para todos(as) os(as) envolvidos(as) pois, trouxe ganhos de ordem imaterial a sua consciência crítica sobre a necessidade de se efetivar os Direitos Humanos para a comunidade ilheense. Assim, os(as) profissionais da educação que ali estavam como agente sociais possuem o “poder” de influenciar e mobilizar sua comunidade escolar, bem como a família para fortalecer a luta das mulheres na busca de seus direitos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3)**. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Rev. e atual. Brasília, 2010.228p.

_____. **LEI Nº 11.645, DE 10 MARÇO DE 2008**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm. Acesso em: 07 jun. 2020.

_____. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo**. Resolução CNE/CEB nº1, de 03 de abril de 2002. Brasília, 2002. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13800-rceb001-02-pdf&category_slug=agosto-2013-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 06 jun. 2020.

_____. **Lei Nº 11.340, de 7 de Agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acesso em: 11 jun. 2020.

CANDAU, V.M.F. OLIVEIRA, L.F. **PEDAGOGIA DECOLONIAL E EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA E INTERCULTURAL NO BRASIL**. Educação em Revista. Belo Horizonte. v.26. n.01. p.15-40. abr. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/edur/v26n1/02.pdf>. Acesso em: 12 jun.2020.

DEERE, C. D. LÉON, M. **O Empoderamento da Mulher: direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina**. Tradução: Letícia Vasconcellos Abreu, Paula Azambuja Rossato Antinolfi e Sônia Terezinha Gehering. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: 26º ed. Graal, 2008.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1997.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas.2008.

MINAYO, M. C. S. (org). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 17. Ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

GOMES, J. B. **Ação afirmativa e princípio constitucional da igualdade: O direito como instrumento de transformação social: a experiência dos EUA**. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

GONZALES, L. **RACISMO E SEXISMO NA CULTURA BRASILEIRA**.1984, p.226.

LOURO, G. (org.) **O Corpo Educado: Pedagogias da Sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. Disponível em: <http://anais.uesb.br/index.php/semgepraxis/article/viewFile/9184/8990>. Acesso em: 06 jun. 2020.

MENDONÇA, C. L. SCHILLACI, M. **Mulheres indígenas da tradição**. 2019? Disponível em: <https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2019/03/livro-mulheres-indigenas-tradicao.pdf> . 108. Acesso em: 06 jun. 2020.

MÉLLO, R. P. et al. **Construcionismo, práticas discursivas e possibilidades de pesquisa**. Psicologia e Sociedade, v.19, n.3, p. 26-32, 2007.

MUNANGA, K. **Negritude: usos e sentidos**. São Paulo: Ática, 1988.

NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 2018. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>. Acesso em: 12 jun.2020.

TELES, M. A. A. MELO, M. **O que é violência contra a mulher**. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 2003.

TELES, M. A. A. **Breve História do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2003. (Coleção Tudo é História;159).